

Londrina, PR, 16 de setembro de 2025.

Ao Sr. Pregoeiro

Comissão de Licitação do Pregão Eletrônico nº90080/2025

REF. INEXISTÊNCIA DE GRUPO ECONÔMICO

O conceito de grupo econômico, mais conhecido e invocado, é aquele previsto no Art. 2º, §§ 2º e 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), conforme segue:

§ 2º Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.

§ 3º Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.

Conforme se depreende do dispositivo legal, não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo imprescindível, para a sua configuração, a demonstração concomitante de interesse integrado, efetiva comunhão de interesses e atuação conjunta das empresas dele integrantes. Requisitos estes que, como será exaustivamente demonstrado, inexistem no presente caso.

I. Da Inexistência de Identidade Societária e Controle Empresarial

Conforme demonstram os documentos em anexo, a licitante RZN e a empresa Rizon possuem quadros societários distintos, inexistindo identidade de sócios.

Ainda que assim não fosse, e inexistindo qualquer identidade societária direta – fato que, por si só, já afasta a alegação de grupo econômico –, cumpre salientar que a mera participação do cônjuge da sócia da licitante no quadro social de outra empresa não autoriza a presunção de formação de grupo econômico.

Ao contrário, a boa-fé se presume e a própria Constituição Federal, no seu Artigo 170, que trata dos princípios gerais da ordem econômica, alça a livre iniciativa como um direito constitucional:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

Sendo a livre iniciativa um preceito constitucional, torna-se patente a inexistência de impedimento para a constituição de empresas e sua participação em certames licitatórios.

Consequentemente, a mera vinculação conjugal de um dos sócios não pode, isoladamente, fundamentar o reconhecimento de grupo econômico, sob pena de violação ao referido direito fundamental.

Ademais, no presente caso, o cônjuge da sócia da licitante detém apenas participação minoritária na empresa Rizon, sem qualquer ingerência no seu controle, que é exercido pela maioria do capital social pertencente a outros sócios, conforme igualmente demonstrado na documentação anexa.

II. Da Ausência de Interesse Integrado, Comunhão de Interesses e Atuação Conjunta

Superada a questão da identidade societária e controle empresarial, ressalta-se, ainda, a inexistência de interesse integrado, efetiva comunhão de interesses e atuação conjunta entre a licitante e a empresa RIZON, elementos indispensáveis à configuração de grupo econômico.

Conforme se depreende do Cartão CNPJ da licitante, seu objeto social principal é o **COMÉRCIO VAREJISTA** de outros produtos não especificados anteriormente (CNAE 47.89-0-99).

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
--

46.52-4-00 - Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação
46.72-9-00 - Comércio atacadista de ferragens e ferramentas
46.89-3-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
73.19-0-04 - Consultoria em publicidade

Por sua vez, a RIZON tem como atividade principal a **INDÚSTRIA**, especificamente a fabricação de equipamentos e máquinas, complementada pela manutenção e reparação de equipamentos e comércio ATACADISTA (CNAE 28.69-1-00).

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 28.69-1-00 - Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 33.19-8-00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente 46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática 46.89-3-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente

Diante da manifesta disparidade dos objetos sociais da licitante e da empresa Rizon, a qual se pretende vincular ao suposto grupo econômico, torna-se inviável a configuração de interesse integrado, comunhão de interesses e atuação conjunta, requisitos legais expressos para a formação de grupo.

É patente a impossibilidade de uma indústria, como a Rizon, possuir interesse integrado com uma empresa cujo objeto principal é o comércio varejista, como a licitante.

Inexiste, ademais, qualquer indício de comunhão de interesses – entendida como a atuação com propósito econômico comum e interligado – ou de concertação de vontades e objetivos entre a licitante e a empresa Rizon.

Dada a diferença abissal de objeto social das empresas (comércio varejista vs. indústria/comércio atacadista) **a RZN não concorre diretamente com a Rizon**, restando completamente afastada qualquer ideia ou presunção de que um suposto grupo estaria "dominando" um determinado nicho de mercado, ou que a licitante foi constituída apenas para ser usada para a empresa maior em seu segmento

Com efeito, a divergência fundamental entre a atividade comercial principal da licitante (comércio varejista) e a atividade empresarial principal da Rizon (fabricação de máquinas e equipamentos e comércio atacadista) evidencia a ausência de um propósito econômico comum ou interligado, bem como de uma concentração de vontades e objetivos, elementos essenciais para a caracterização de um grupo econômico.

III. Da mera coincidência de Endereço

A mera coincidência de sede entre a licitante e a RIZON não se constitui em fator gerador de grupo econômico.

Tal situação é prática comum no cenário empresarial contemporâneo, impulsionada pela busca por eficiência e redução de custos, onde o compartilhamento de espaços é amplamente adotado.

Atualmente, conceitos como coworking, galpões logísticos em condomínios industriais/empresariais e o compartilhamento de infraestrutura são práticas consolidadas no ambiente corporativo, visando à otimização de recursos e à oferta de produtos e serviços ao consumidor final com maior competitividade.

Com efeito, o fato de a licitante ter sede no mesmo endereço do parque fabril da RIZON para o desenvolvimento de suas atividades comerciais não configura ato ilícito nem circunstância que, isoladamente, enseje a presunção de existência de grupo econômico.

IV. Da Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST)

Nesse sentido, a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) é categórica ao exigir a comprovação de controle e fiscalização por uma empresa líder para a caracterização de grupo econômico, não bastando a mera relação de coordenação ou identidade de sócios.

A 5ª Turma do TST, ao julgar o RR - 882-97.2015.5.05.0251 (DEJT 09/04/2021), firmou entendimento de que: “a decretação de formação de grupo econômico sem a contundente comprovação de relação hierárquica entre as empresas envolvidas viola o disposto no art. 2º, § 2º, da CLT”.

Referido entendimento está em linha com os seguintes precedentes: E-ED-RR - 92-21.2014.5.02.0029, Redator Min. João Oreste Dalazen, SBDI-1, DEJT 02/02/2018; RR-1580-06.2015.5.05.0251, Relator Min. Breno Medeiros, 5ª Turma, DEJT 10/10/2018; RR-

154-82.2012.5.02.0077, Relator Min. Emmanoel Pereira, 5ª Turma, DEJT 30/11/2018. Nesse sentido, também se destacam:

AGRAVO DA EXEQUENTE. DECISÃO MONOCRÁTICA DE PROVIMENTO DO RECURSO DE REVISTA DA EXECUTADA. GRUPO ECONÔMICO. REQUISITOS. AUSÊNCIA DE REGISTRO DE HIERARQUIA ENTRE AS EMPRESAS. ACÓRDÃO REGIONAL PAUTADO NA EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE COORDENAÇÃO. FATOS ANTERIORES À VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA AFASTADA. Impõe-se confirmar a decisão monocrática, mediante a qual foi conhecido e provido o recurso de revista da executada para afastar a responsabilidade solidária que lhe foi imputada. Agravo conhecido e não provido. (TST; Ag-RR 256300-64.2007.5.02.0036; Primeira Turma; Rel. Min. Hugo Carlos Scheuermann; Julg. 23/08/2023; DEJT 29/08/2023)

RECURSO DE REVISTA DA AEROVIAS DEL CONTINENTE AMERICANO S.A. AVIANCA. CARACTERIZAÇÃO DE GRUPO ECONÔMICO COM A AVIANCA BRASIL E OCEANAIR PARA EFEITO DE RESPONSABILIZAÇÃO SOLIDÁRIA. CONTRATO FINDO APÓS A EDIÇÃO DA LEI Nº 13.467/17. ENQUADRAMENTO NAS HIPÓTESES DO ART. 2º, §§ 2º E 3º, DA CLT. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE (CF, ART. 5º, II). NÃO CONHECIMENTO. 1. Tratando-se de matéria nova, a relativa à configuração de grupo econômico, instituto jurídico remodelado pela Lei nº 13.467/17, reconhece-se a transcendência jurídica do recurso de revista. 2. Pelo prisma do direito intertemporal, esta 4ª Turma, com ressalva de entendimento deste Relator, fixou entendimento no sentido de que as novas regras sobre configuração de grupo econômico se aplicam apenas ao período contratual posterior à entrada em vigor da Lei nº 13.467/17. 3. A referida lei, a par de alterar a redação do § 2º do art. 2º da CLT, agregou-lhe um § 3º, podendo-se deles extrair três hipóteses de configuração de grupo econômico: a) por subordinação (vertical), caracterizada pela existência de um grupo de empresas em que uma delas dirige, controla ou administra as demais (CLT, art. 2º, § 2º, primeira parte); b) por coordenação (horizontal), que pode ser formal, com acordo firmado para a constituição do grupo econômico, no qual há autonomia de cada uma das empresas integrantes do grupo (CLT, art. 2º, § 2º, segunda parte); ou informal, quando um grupo de empresas possui sócios em comum, interesses integrados e atuação conjunta (CLT, art. 2º, § 3º). 4. No regime anterior à Lei nº 13.467/17, no entanto, a caracterização de grupo econômico dependia do reconhecimento da direção, controle ou administração de uma empresa sobre as demais do grupo, não bastando a simples coordenação de interesses comuns. 5. No caso dos autos, o Regional assentou os seguintes elementos fáticos para entender caracterizado o grupo econômico: a) licença de uso em comum da marca Avianca, apresentando-se ambas as empresas, perante o mercado, como se fossem uma só, confundindo-se sob um único nome comercial; b) atuação da Oceanair como representante legal da Aerovias Del Continente Americano S.A. Avianca; c) efetiva comunhão de interesses; d) atuação conjunta das Empresas em prol da administração dos bens da brasileira. 6. Nesses termos, se a hipótese fática dos autos se amolda ao figurino legal para caracterização do grupo econômico e as verbas pleiteadas pela Reclamante são relativas ao período contratual posterior à Lei nº 13.467/17, estão abrangidas pela responsabilidade solidária entre ambas as Reclamadas. Recurso de revista não conhecido. (TST; RR 1000023-

28.2021.5.02.0319; Quarta Turma; Rel. Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho; DEJT 11/09/2023; Pág. 2139)

AGRAVO INTERPOSTO PELOS SEGUNDOS RECLAMADOS. ARTECOLA QUÍMICA S.A. E OUTRO. GRUPO ECONÔMICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. CONTRATO DE TRABALHO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. PROVIMENTO. Ante o equívoco no exame do agravo de instrumento, dá-se provimento ao agravo. Agravo a que se dá provimento. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELOS SEGUNDOS RECLAMADOS. ARTECOLA QUÍMICA S.A. E OUTRO. GRUPO ECONÔMICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. CONTRATO DE TRABALHO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA Lei nº 13.467/2017. PROVIMENTO. Ante possível ofensa ao artigo 2º, § 2º, da CLT, o provimento do agravo de instrumento para o exame do recurso de revista é medida que se impõe. Agravo de instrumento a que se dá provimento. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELOS SEGUNDOS RECLAMADOS. ARTECOLA QUÍMICA S.A. E OUTRO. GRUPO ECONÔMICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. CONTRATO DE TRABALHO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA Lei nº 13.467/2017. PROVIMENTO. A jurisprudência desta Corte, inclusive em precedente da SBDI-1 (E-ED-RR-214940-39.2006.5.02.0472), julgado em 22.05.2014, ao interpretar o teor do artigo 2º, § 2º, da CLT, pacificou o entendimento de que a mera existência de sócios em comum e de relação de coordenação entre as empresas não constitui elemento suficiente para a caracterização do grupo econômico. Na hipótese, o egrégio Tribunal Regional considerou que os reclamados integram o mesmo grupo econômico, pela simples relação de coordenação entre as empresas, a existência de interesses sociais integrados e de sócios em comum, ainda que ausentes o controle e a administração de uma empresa sobre as outras. E acrescentou que, para se reconhecer o grupo econômico, é desnecessária a hierarquização entre as empresas, bastando a relação de coordenação e/ou unidade de objetivos, comunhão de interesse, tornando-as interdependentes, conclusão possível de se extrair pela identidade societária, caso dos autos. Assim, concluiu que se revelava escorregadia a imputação de responsabilização solidária pelas parcelas deferidas na presente ação. Tal decisão contraria o entendimento desta Corte Superior sobre a matéria, que exige a existência de controle e fiscalização de uma empresa líder para a configuração do grupo econômico, circunstância não noticiada no acórdão recorrido. Precedentes. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento. (TST; RR 393-82.2017.5.09.0670; Oitava Turma; Rel. Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos; Julg. 16/08/2023; DEJT 28/08/2023)

V. Da Inexistência de Grupo Econômico sob a Ótica do Direito Tributário

A inexistência de grupo econômico também se verifica sob a ótica do Direito Tributário, que, embora não apresente definição exata no Código Tributário Nacional (CTN), infere a solidariedade de seus artigos, como o Art. 124, que abrange a solidariedade passiva de "pessoas expressamente designadas por lei" e "pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal". O Art. 135, por sua vez, pode ser aplicado em casos de administração com excesso de poderes ou infração à lei, contrato social ou estatuto.

Em síntese, a Receita Federal e os Tribunais têm considerado a existência de grupo econômico para fins tributários apenas quando demonstrada gestão unificada ou controle comum, confusão patrimonial e instrumentalização de empresas para evasão fiscal.

Tais requisitos, especialmente a gestão unificada e o controle comum, já foram exaustivamente refutados na análise sob a ótica trabalhista, reiterando-se que a licitante e a Rizon são empresas distintas, com sócios e objetivos sociais e econômicos diversos, conforme cabalmente comprovado.

VI. Da Inexistência de Grupo Econômico sob a Ótica do Direito Civil e Empresarial

Sob a ótica do Direito Civil e Empresarial, igualmente, não se configura grupo econômico entre a licitante e a Rizon. Nesses ramos do Direito, a regra geral é a separação das personalidades jurídicas, sendo o grupo cogitável apenas em hipóteses legais de desconsideração de personalidade jurídica, conforme Art. 50 do Código Civil, caracterizadas por abuso da personalidade jurídica, desvio de finalidade ou confusão patrimonial – situações completamente ausentes no presente caso.

Não há qualquer vinculação financeira entre a licitante e a empresa Rizon.

A licitante detém gestão exclusiva sobre suas finanças e patrimônio, atuando com total autonomia gerencial e patrimonial, sem qualquer interdependência ou confusão com os recursos ou a gestão de qualquer outra empresa.

Além da inexistência de identidade societária, a licitante possui administração própria, com decisões independentes e sem coordenação hierárquica ou controle por qualquer outra entidade.

Como prova da separação patrimonial, a licitante mantém conta bancária própria, estoque exclusivo, bens próprios e contabilidade apartada.

Adicionalmente, atua de forma independente no mercado, com clientes, fornecedores e estratégias próprias, o que afasta qualquer intenção de fraudar a lei ou contrato, bem como a confusão patrimonial com terceiros.

VII. Da Jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Poder Judiciário

É imperioso ressaltar que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) é uníssona ao afirmar que **a mera presença de um ou outro indício isolado não é suficiente para caracterizar grupo econômico** (Acórdãos 2.766/2018-Plenário, 2.457/2019-Plenário).

A análise deve ser sempre contextualizada, exigindo uma conjugação de fatores que demonstrem, efetivamente, a atuação conjunta para obtenção de vantagem indevida, o que não ocorre neste certame. Neste sentido:

"Não existe vedação legal à participação, no mesmo certame licitatório, de empresas do mesmo grupo econômico ou com sócios em relação de parentesco, embora tal situação possa acarretar quebra de isonomia entre as licitantes. A demonstração de fraude à licitação exige a evidencição do nexos causal entre a conduta das empresas com sócio em comum ou em relação de parentesco e a frustração dos princípios e dos objetivos da licitação (...)" (TCU, Acórdão 2.803/16 - Plenário, Representação, relator ministro Substituto André de Carvalho)

No âmbito do Poder Judiciário, o entendimento não difere, como demonstra a decisão do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) abaixo transcrita:

"I. Não se depura do exame da legislação correlata a existência de vedação apriorística quanto à participação de licitantes com sócios em comum, ou com relação de parentesco, em um mesmo procedimento licitatório. II. Neste jaez, aflora que a alegativa de quebra de isonomia entre os participantes, com prejuízo do caráter competitivo do processo de seleção da proposta, depende de demonstração concreta, colhida do exame da prova documental pré-constituída nos autos. III. Não evidenciada a circunstância da violação a princípios administrativos, ou mesmo frustração da competitividade do procedimento licitatório, não há que se cogitar a anulação do certame." (TJGO, 5478981.60.2017.8.09.0036, REEXAME NECESSÁRIO E RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL, AMÉLIA MARTINS DE ARAÚJO - (desembargador), 1ª Câmara Cível, Publicado em 25/4/19)

Vale acrescentar que a licitante, dentro do seu objeto social, autonomia financeira e administrativa, já participou de várias licitações, nos mais diversos órgãos, sem qualquer problema ou questionamento, tudo conforme comprovam os documentos em anexo, que evidenciam claramente que se trata de uma empresa regular, correta e que segue e cumpre o ordenamento jurídico pátrio de forma irrepreensível.

VIII. Conclusão e requerimento

Diante de todo o exposto, demonstra-se irrefutavelmente a ausência de grupo econômico, sendo imperioso destacar a inexistência de dolo ou má-fé por parte da licitante, notadamente porque a simples relação familiar ou de afinidade não presume fraude ou conluio.

Conforme os preceitos do Direito Administrativo, incumbe à Administração Pública comprovar, cabalmente, a intenção de fraudar o certame e burlar a legislação. Tal elemento inexistente no caso concreto, sendo inadmissível qualquer condenação baseada exclusivamente em presunções extraídas de fatos meramente circunstanciais.

Ademais, cumpre ressaltar a imperatividade do Princípio da Presunção de Inocência no caso concreto. No âmbito administrativo sancionador, a empresa licitante goza da presunção de inocência, cabendo à Administração desconstituí-la mediante provas robustas, elemento igualmente ausente no presente caso.

Ressalte-se, ainda, a total ausência de qualquer prova de dano efetivo que justifique sanção contra a licitante. Para a configuração de fraude, não basta o mero indício de um "grupo"; é necessária a efetiva demonstração de que o "agrupamento" causou prejuízo concreto à competitividade ou que a empresa obteve vantagem indevida de forma fraudulenta, fato igualmente inexistente na presente situação.

Assim, em face de todos os argumentos apresentados e da análise pormenorizada sob as óticas do Direito do Trabalho, Tributário, Civil, Empresarial, Administrativo e da farta jurisprudência, resta cabalmente demonstrada a inexistência de grupo econômico entre a licitante e qualquer outra empresa, requerendo-se o prosseguimento regular do certame.

Sem mais, atenciosamente,

RZN COMÉRCIO LTDA